



OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME III - ESTADO NOVO (1935-1974)

Coordenação

Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira

Organização

Conceição Meireles Pereira

coleção PARLAMENTO

OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME III – ESTADO NOVO (1935-1974)

coleção PARLAMENTO

OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME III – ESTADO NOVO (1935-1974)

Coordenação
Fernando de Sousa
Conceição Meireles Pereira

Organização
Conceição Meireles Pereira



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Centenário da República
-Assembleia da República-

FICHA TÉCNICA

Titulo Os presidentes do Parlamento Português Vol. III – Estado Novo (1935-1974)

Coordenação Fernando de Sousa, Conceição Meireles Pereira

Organização e Capítulos 1 a 4 Conceição Meireles Pereira

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão Susana Oliveira

Capa e Design Nuno Timóteo

Tradução Joana Almeida, Ricardo Rocha

Paginação e Pré-impressão Clássica, Artes Gráficas - Porto

Impressão Clássica, Artes Gráficas - Porto

ISBN 978-972-556-561-2 (obra completa)

ISBN 978-972-556-633-9 (volume III)

Depósito Legal 351158/12

Lisboa, maio 2015

© Assembleia da República.

Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2003, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

Imagem da capa

Aspetto da Sala das Sessões na primeira sessão legislativa da IV legislatura da Assembleia Nacional, 27 de novembro de 1945 (pormenor)

Autor desconhecido

Arquivo Histórico Parlamentar

ÍNDICE

Introdução	7
1. O Parlamento do Estado Novo (1935-1974)	13
1.1. A Assembleia Nacional	16
1.2. A Câmara Corporativa	35
2. Os Regimentos da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa e as atribuições dos seus presidentes	41
2.1. Os Regimentos provisórios da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa	42
2.2. Os Regimentos da Assembleia Nacional	46
2.3. Os Regimentos da Câmara Corporativa	53
3. O sistema eleitoral do Estado Novo e sua legislação reguladora	57
4. Os presidentes do Parlamento do Estado Novo (1935-1974)	67
4.1. Naturalidade dos presidentes do Parlamento	69
4.2. Idade dos presidentes do Parlamento à data do início do mandato	69
4.3. Origem social e socioprofissional dos presidentes do Parlamento	70
4.4. Duração dos mandatos dos presidentes do Parlamento	72
4.5. Carreira política dos presidentes do Parlamento	73
Considerações finais	77
Os presidentes do Parlamento português no Estado Novo (1935-1974)	
Quadro geral	81
Biografias	85
ASSEMBLEIA NACIONAL	
José Alberto dos Reis (10.1.1935 6.7.1945)	89
Albino Soares Pinto dos Reis Júnior (27.11.1945 29.11.1961)	117
Mário de Figueiredo (29.11.1961 19.9.1969) (29.11.1961 19.9.1969)	157
Carlos Monteiro do Amaral Neto (28.11.1969 25.4.1974)	183

CÂMARA CORPORATIVA	
Eduardo Augusto Marques (10.1.1935 10.6.1944)	213
Domingos Fezas Vital (25.11.1944 25.11.1946)	237
José Gabriel Pinto Coelho (25.11.1946 25.11.1949)	273
Marcelo José das Neves Alves Caetano (25.11.1949 7.7.1955)	295
João Pinto da Costa Leite (Lumbrals) (25.11.1955 28.11.1957)	311
Clotário Luís Supico Ribeiro Pinto (28.11.1957 16.11.1973)	337
Mário Júlio Brito de Almeida Costa (16.11.1973 25.4.1974)	363
Fontes e Bibliografia	377
Abstract	389
The Presidents of the Portuguese Parliament during the <i>Estado Novo</i> (1935-1974)	389
Introduction	389
1. The Parliament of the <i>Estado Novo</i> (1935-1974)	390
1.1. The National Assembly	391
1.2. The Corporatist Chamber	394
2. The Rules of Procedure of the National Assembly and of the Corporatist Chamber and the attributions of their Presidents	395
2.1. Interim Rules of Procedure of the National Assembly and of the Corporatist Chamber	396
2.2. The Rules of Procedure of the National Assembly	398
2.3. The Rules of Procedure of the Corporatist Chamber	400
3. The election system of the <i>Estado Novo</i> and its legislation	402
4. The Presidents of the Parliament during the <i>Estado Novo</i> (1935-1974)	403
4.1. Birthplace of the Presidents of the Parliament	404
4.2. Age of the Presidents of the Parliament at the beginning of the term	405
4.3. Social and professional origin of the Presidents of the Parliament	405
4.4. Duration of the terms of office of the Presidents of the Parliament	405
4.5. Political career of the Presidents of the Parliament	406
Final remarks	407
Notas sobre os coordenadores e colaboradores	409
Índice remissivo	415

Introdução

«Embora o povo não esteja, na sua grande maioria, apto para votar em perfeita consciência o texto completo da Constituição, o seu voto tem um significado político que não é lícito desprezar: é um voto de confiança nos dirigentes.»

Oliveira Salazar, sessão do Conselho Político Nacional,
5 de maio de 1932

Oliveira Marques escreveu que a escassez das biografias «constitui uma das bases do atraso da nossa historiografia» dos séculos XIX e XX. E acrescentava que nos faltava «claramente, um bom dicionário biográfico onde, com critério na seleção das figuras e na ordenação dos dados, estivessem arroladas as personalidades mais atuantes nos variados campos da atividade humana».

Certamente que esta asserção, feita nos inícios dos anos de 1980 por um dos maiores historiadores portugueses, precoce e infelizmente desaparecido, já não tem pleno cabimento, mas limitando-nos, por agora, ao mundo da política desde 1820 até ao presente, ou seja, desde a introdução do liberalismo em Portugal, verificamos que há ainda muito que fazer. É certo que algumas das figuras políticas do Portugal contemporâneo já encontraram o seu biógrafo. Mas muitas das personalidades que desempenharam funções de primeiro plano, quer na administração central, quer na administração regional e local, são totalmente desconhecidas, encontrando-se arredadas das enciclopédias e dicionários, não conseguindo nós compreender por que é que tal acontece e, por outro lado, quando fazem parte de tais instrumentos de consulta, que critérios levaram a que figuras de segundo plano tenham uma notícia biográfica extensa, pormenorizada – caso de numerosos militares e aristocratas – e políticos de relevo sejam biografados em meia dúzia de linhas, não raras vezes semeadas de erros, imprecisões ou lacunas que a simples consulta das fontes impressas ou da bibliografia existente poderia, desde logo, eliminar.

No entanto, o caminho para a recolha e publicação das notícias biográficas dos políticos portugueses foi iniciado desde cedo. Logo em 1822, José Gorjão lançava a *Galeria dos deputados das cortes geraes e extraordinarias e constituintes da nação portugueza*. Esta obra, porém, ficou por longas décadas isolada, não tendo havido, por parte dos chefes de Estado, dos sucessivos governos ou do Parlamento, qualquer preocupação em dar a conhecer, através de publicações sistemáticas ou de dicionários, as biografias de quem sucessivamente foi integrando os órgãos de soberania ou desempenhou funções

de relevo no mundo da política. Se tivermos, porém, de relevar o esforço louvável de alguns dos órgãos de soberania nesta matéria, por mais simples que ele tenha sido, é ao Parlamento ou a figuras a ele ligadas que devemos atribuir o principal mérito.

Após esta iniciativa isolada, só a partir de meados do século XIX é que algum trabalho começou a ser realizado com o objetivo de dar a conhecer governantes e deputados, que estão na origem de estudos que hoje constituem valiosas fontes para quem se preocupa com a história política em geral e com os retratos dos políticos em particular.

Em 1843, da autoria de um deputado (João de Azevedo?), iniciou-se a publicação do *Diccionario biographico politico, ou galeria dos contemporaneos*, logo interrompida, porém, devido à revolta de Torres Novas, em fevereiro de 1844, razão pela qual apenas foram publicadas as biografias de três dezenas de parlamentares.

Em 1858, Prigio Fafes, pseudónimo de Eduardo Tavares, publicou a *Galeria pittoresca da Camara dos Pares contendo uma apreciação imparcial...*, bem como a *Galeria parlamentar ou para-lamentar. Contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros do Parlamento da actual legislatura de 1858, offerecida ao bom senso do Paiz*, com algumas notas interessantes sobre os seus membros.

Em 1875, era publicada a *Estatistica methodica do pariato civil e ecclesiastico desde a sua fundação até 28 de maio de 1875*; em 1884, editou-se a *Estatistica do pariato portuguez desde a sua fundação até 29 de março de 1884*; e, em 1910, a *Estatistica do pariato portuguez desde a sua fundação até 31 de dezembro de 1909*.

Entre 1887 e 1892, Clemente José dos Santos (barão de São Clemente) lançou as suas valiosas *Estatisticas e biographias parlamentares portuguezas*, em seis volumes, onde, além de nos relatar «os factos mais importantes da vida parlamentar em Portugal, desde o alvorecer das liberdades públicas», também nos fornece «interessantes traços biográficos dos homens que mais se têm avantajado no Parlamento português».

Em 1905, José Marcelino de Almeida Bessa, no seu *Annexo ao Manual Parlamentar*, deu-nos o quadro cronológico dos ministérios, desde 1830 até 1905, consignando alguns factos que considerou mais notáveis, a relação alfabética dos senadores que fizeram parte da Câmara criada em 1838 e a lista alfabética dos deputados eleitos para as diversas legislaturas, entre 1834-1905.

Em 1911, reatou-se o exemplo de 1822, em *As Constituintes de 1911 e os seus deputados* (obra «compilada e dirigida por um antigo oficial da Secretaria do Parlamento», Alberto Pimentel) com notícias biográficas dos parlamentares que delas fizeram parte, mas que, infelizmente, nem foi continuada nem atualizada para as legislaturas seguintes, lacuna que só recentemente foi ultrapassada por uma obra de que falaremos mais adiante.

Durante o Estado Novo, os *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, a partir de 1936, começaram a inserir notícias biográficas de deputados e de outras figuras públicas, mas sem o carácter sistemático e contínuo que seria de desejar.

Na VII legislatura da Assembleia da República (1995-1999), o coordenador do presente estudo, então deputado à Assembleia da República, enquanto presidente da Comissão para a História do Parlamento, na sequência da iniciativa já tomada na legislatura anterior por António Barreto, teve oportunidade de lançar um vasto projeto de investigação, para o qual convidou historiadores da época contemporânea,

destinado a produzir um dicionário biográfico dos parlamentares portugueses, desde 1820 até 1974.

No âmbito desse projeto, na Coleção Parlamento que a referida Comissão então iniciou, já foram publicadas as obras *Parlamentares e ministros da 1.ª República (1910-1926)*, dirigida por Oliveira Marques; o *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, tendo como coordenadora Zília Osório de Castro; e o *Dicionário biográfico parlamentar (1834-1910) e (1935-1974)*, em 2004-2005, o primeiro sob a responsabilidade de Maria Filomena Mónica e o segundo de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, trabalhos estes que vieram colmatar uma importante omissão da nossa História Contemporânea.

Ainda no âmbito da Coleção Parlamento, foram editadas as biografias de vários políticos, nomeadamente de Fontes Pereira de Melo, Rodrigues de Freitas, Correia Barreto, Cunha Leal, Neto Paiva, Vitorino Henriques Godinho, duque de Ávila e Bolama, Félix Pereira de Magalhães, Manuel Fernandes Tomás, Mouzinho da Silveira, António Lino Neto, José Estêvão de Magalhães, António José de Almeida, Magalhães Lima, Mariano Cirilo de Carvalho, Pimenta de Castro, Pinheiro Chagas, Bernardino Machado, António Granjo, José Domingues dos Santos, Machado Santos, Afonso Costa, João Pereira Bastos, Álvaro de Castro, João Marcelino Arroio e Ramada Curto. Registe-se também, na mesma coleção, a publicação de *As mulheres deputadas e o exercício do poder político representativo em Portugal do pós-25 de Abril aos anos noventa*, de Maria Amélia Clemente Campos; *A Assembleia Nacional no pós-guerra (1945-1949)*, de Rita Almeida Carvalho; *Nem ditadura, nem revolução. A Ala Liberal e o marcelismo (1968-1974)*, de Tiago Fernandes; *Os deputados da Assembleia Nacional 1935-1974 e Os procuradores da Câmara Corporativa 1935-1974*, de J. M. Tavares Castilho; bem como de um dicionário biográfico dos *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*, de Mário Matos e Lemos.

Fora do âmbito parlamentar, também surgiram várias obras, nos séculos XIX e XX, que dão valiosos contributos para a história biográfica dos políticos portugueses. De todas elas, gostaríamos apenas de dar conta de quatro, uma do século XIX e três bem recentes.

De finais do oitocentismo português, referimos um estudo excelente, mas pouco consultado, *Luctas caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, de Marques Gomes, publicado em 1899, que regista numerosas biografias de políticos, para a época referida, dando conta de aspetos inéditos e singulares relativos à vida dos mesmos.

Dos trabalhos recentes, pelo seu caráter inovador, saudamos o estudo coordenado por Zília Osório de Castro, *Lisboa 1821. A cidade e os políticos*, de 1996; *Os presidentes da República portuguesa*, coordenado por António Costa Pinto, de 2001; finalmente, de vários autores, *Os governos da República 1910-2010*, publicado em 2011.

O coordenador deste trabalho, relativamente a Trás-os-Montes, lançou, em 2002, *Os governadores civis de Vila Real* e publicou *Os governadores civis de Bragança*, disponível na página do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade na internet, em formato digital. Finalmente, em 2009, o CEPESE editou um estudo pioneiro quanto ao poder autárquico, sobre *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)* e respetivo enquadramento legislativo, tendo saído em 2013

uma edição revista e atualizada sob o título *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*.

O panorama é, pois, substancialmente diferente daquele que existia há duas décadas. Mas os trabalhos quanto às biografias dos primeiros-ministros e presidentes do Parlamento, que não se limitem às escassas informações de natureza enciclopédica, continuam a ser a exceção.

Por outro lado, a investigação feita para os presidentes da República e para os parlamentares tem de ser alargada, no período em questão, a outras personalidades, nomeadamente aos membros dos governos do Portugal contemporâneo e aos responsáveis pelas autarquias municipais das principais cidades do país, como já fizemos para o Porto. Não com a profundidade e a extensão que inviabilizam resultados válidos em tempo útil, mas com o rigor suficiente para se conhecer quem foram, incluindo, no mínimo, a sua naturalidade, filiação, origem social, formação, idade ao tempo do exercício das funções governativas, duração dos mandatos, outros cargos políticos exercidos, atividade política e obras publicadas, informações acompanhadas, sempre que possível, de textos que permitam conhecer melhor o perfil dos políticos biografados.

Foi tendo em consideração esta realidade que, em 2008, o CEPESE apresentou ao presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, um projeto de investigação intitulado *Os presidentes do Parlamento português (1821-2010)*, alargado, posteriormente, até 2014 (ou seja, até ao ano de publicação desta obra), com o objetivo de traçarmos as biografias de todos os presidentes das diversas Câmaras que existiram desde a introdução do regime liberal, em 1820, até ao presente, de forma a melhor compreendermos a classe política do Portugal contemporâneo, projeto esse que foi aprovado por aquele órgão de soberania, de acordo com o seguinte plano:

Monarquia Constitucional (1821-1910)

Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1821-1822)

Cortes Ordinárias e Extraordinárias (1822-1823)

Câmara dos Deputados (1826-1828)

Câmara dos Pares do Reino (1826-1828)

Câmara dos Deputados (1834-1836)

Câmara dos Pares do Reino (1834-1836)

Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1837-1838)

Câmara dos Senadores (1838-1842)

Câmara dos Deputados (1838-1910)

Câmara dos Pares do Reino (1842-1910)

I República (1910-1926)

Assembleia Nacional Constituinte (1911)

Câmara dos Deputados (1911-1926)

Senado da República (1911-1926)

Estado Novo (1926-1974)

Assembleia Nacional (1935-1974)

Câmara Corporativa (1935-1974)

III República (1974-2014)

Assembleia Constituinte (1975-1976)

Assembleia da República (1976-2014)

Assim, no que diz respeito aos presidentes do Parlamento português, este trabalho tem por objetivo traçar as suas biografias, procurando esclarecer, sempre que as fontes consultadas o permitirem, questões tão simples quanto difíceis de responder, como se pode ver pelas sùmulas biográficas até agora produzidas. Quem são? Qual a sua naturalidade e filiação? Qual a área socioprofissional de recrutamento? Qual a sua idade à tomada de posse? Qual a duração do seu mandato? Qual a ação ou o papel político que desempenharam no exercício dos seus mandatos? Que outros cargos políticos, além de presidentes do Parlamento, exerceram? A que forças políticas estavam ligados? Que publicações nos deixaram?

Contudo, além destes elementos, iremos ainda chamar a atenção para outros aspetos, designadamente:

- a conjuntura política no âmbito da qual se situou a eleição/indigitação de cada presidente;
- as questões nacionais que, durante o seu mandato, tiveram repercussão no Parlamento – com exceção do período compreendido entre 1975-2012, onde poderíamos, eventualmente, analisar os factos e as intervenções parlamentares com alguma subjetividade, visto pertencerem ao nosso tempo e a maior parte dos protagonistas que biografámos estarem vivos;
- a publicação de textos da sua autoria – intervenções, excertos de obras ou artigos seus com significado político – ou de outros autores sobre tais personalidades, que contribuam para caraterizar o seu perfil cívico e político.

Cada biografia encontra-se estruturada do seguinte modo: primeiro são apresentados os elementos de identificação, seguindo-se os principais traços da sua vida cívica e política, bem como as informações relativas à atividade de cada presidente à frente da respetiva Câmara; transcrevem-se depois textos e intervenções relativos a cada presidente, quer produzidos pelos próprios, quer testemunhos de outras personalidades; e, finalmente, as fontes e bibliografia consultadas para cada uma das biografias.

Foi já publicado o volume relativo à I República (1910-1926), a que se segue o presente volume dedicado ao Estado Novo, encontrando-se em publicação o volume em dois tomos para o período do Constitucionalismo Monárquico (1820-1910), concluindo-se com o concernente à III República (1974-2014).

A propósito da designação escolhida para caracterizar o regime político após a Revolução de 25 de Abril de 1974, acabámos por optar pela designação de III República, considerando, assim, que o Estado Novo, ou, se quisermos, a Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1974), constituem a II República. Apesar de no período estadonovista a designação “República” ser pouco utilizada (desprezada, até) para caracterizar o regime, e de vários nomes da historiografia portuguesa se recusarem a considerar o Estado Novo como II República, certo é que a Constituição Política de 1933 expressamente se assume como sendo «da República Portuguesa»; o seu artigo 5.º consigna que o Estado português «é uma República unitária e corporativa», e o chefe de Estado, como se exara no artigo 72.º, «é o presidente da República eleito pela Nação».

Com este projeto de investigação, sem dúvida que a fronteira do desconhecido quanto a estas simbólicas e influentes figuras do Parlamento português irá recuar significativamente, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão da vida política da nossa História Contemporânea.

Uma última palavra quanto à metodologia e estrutura deste volume.

Após esta introdução, apresenta-se um primeiro capítulo que começa por traçar uma breve contextualização histórica da emergência do Estado Novo, refere as principais linhas da Constituição de 1933 e sua particular conceção de parlamentarismo para logo incidir na análise da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa entre 1935 e 1974, sendo aqui consideradas as transformações introduzidas pelas revisões constitucionais publicadas entre 1935 e 1971. O segundo capítulo visa uma análise dos sucessivos Regimentos da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, desde a sua versão provisória (janeiro de 1935) às reformulações posteriores, para evidenciar as atribuições dos seus presidentes. O terceiro capítulo debruça-se de forma sintética sobre o sistema eleitoral do Estado Novo e a sua legislação reguladora, matéria aliás complexa no quadro de um regime autoritário e antidemocrático. O quarto e último capítulo da introdução pretende sintetizar os aspetos fundamentais relativos à identificação e funções cívicas e políticas dos presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa de forma a responder a questões que respeitam à sua naturalidade, formação académica, origem socioprofissional, idade à tomada de posse, duração dos mandatos e carreira política, terminando o estudo introdutório com breves considerações finais. Pela sua afinidade temática, duas obras recentemente publicadas, atrás já referidas, constituíram fonte de consulta indispensável para sistematizar vários aspetos desta síntese introdutória; trata-se dos livros de José Tavares Castilho, *Os deputados da Assembleia Nacional 1935-1974* e *Os procuradores da Câmara Corporativa 1935-1974*.

Segue-se a apresentação das biografias dos presidentes da Assembleia Nacional, e, depois, as dos presidentes da Câmara Corporativa, observando o critério cronológico do exercício de tais funções.

A obra termina com a referência das fontes e bibliografia utilizadas, um resumo alargado em inglês, as notas sobre os autores das biografias e um índice remissivo, elemento indispensável para a consulta de uma obra desta natureza.

Resta-nos agradecer a todos aqueles que nos apoiaram neste trabalho, que conosco colaboraram ou nos deram contributos para a realização do mesmo.

À Assembleia da República, na pessoa do seu ilustre presidente, à época, Dr. Jaime Gama, pelo patrocínio que concedeu ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade para a execução deste trabalho.

À juíza conselheira Adelina Sá Carvalho, secretária-geral da Assembleia da República, na altura.

Aos serviços da Assembleia da República, na pessoa da Dr.^a Teresa Fonseca, chefe da Divisão de Edições, e do Dr. Rui Costa, diretor de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação.

Finalmente, ao CEPESE, nomeadamente aos Drs. Diogo Ferreira, Ricardo Rocha, Bruno Rodrigues, Joana Martins, Nuno Matias, Paula Barros e Paulo Amorim, pela colaboração prestada ao longo da produção deste trabalho.

(...) Em conformidade com as disposições da Lei Fundamental do Estado Novo (...), cabia aos membros das Câmaras a eleição da Mesa, onde se incluía o seu presidente. Todavia, era Salazar quem escolhia os seus presidentes. A eleição dos presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa era, na realidade, uma nomeação do presidente do Conselbo.

(...) O grupo de políticos que presidiu à Assembleia Nacional e à Câmara Corporativa ao longo do Estado Novo, embora apresente a coerência interna de personalidades da confiança do presidente do Conselbo e de incontestável reputação entre a elite política do Regime, também integrou representantes de facções diversas no seio dessa elite. Oliveira Salazar terá tido em conta tais diferenças de sensibilidade político-ideológica, bem como os seus distintos perfis e temperamentos, em função das exigências conjunturais do momento em que teve de fazer a escolha das figuras para o exercício daqueles cargos.

In Capítulo 4